

ATA DE REUNIÃO					
N. da Ata	05/2025	Data da reunião	18/09/2025	Hora	10:30
Projeto	Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas – Câmara Temática de <i>Justiça Climática</i>				
Relator	Gian Bolde, Raul Rios			Modalidade	Online
Local	Plataforma de Videoconferência - ZOOM				
PARTICIPANTES					
Organização	Nome	E-mail			
SEDEST	Alessandra Romar	alessandra.romar@sedest.pr.gov.br			
SEDEST	Vanessa Gomes	vanessa.mgomes@sedest.pr.gov.br			
SEDEST	Giovanna Moutinho	giovanna.moutinho@sedest.pr.gov.br			
SEDEST	Raul Rios	raul.rios@sedest.pr.gov.br			
SEDEST	Gian Bolde	gian.bolde@sedest.pr.gov.br			
SEDEST	Silvia Salustiano	silvia.salustiano@sedest.pr.gov.br			
SEDEST	Thomas Gaspar	thomas.santana@sedest.pr.gov.br			
Sociedade Civil	Murilo Noli	murilonoli@gmail.com			
Defesa Civil	Marcos Vidal	marcosvidaljr@gmail.com			
SMMA Piraquara	Caiê Alonso	caie_alonso@outlook.com			
SEJU	Jane	janecvasques@seju.pr.gov.br			
ASSUNTOS					
Assunto	Detalhamento				
Resumo Geral da Reunião	<p>1. Objetivo da reunião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convocada por Murilo Noli para introduzir conceitos de justiça climática; • Alinhar a compreensão dos membros da Câmara; • Iniciar a construção do plano de ação. <p>2. Informações gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propostas e metas da Conferência Estadual do Meio Ambiente já estão disponíveis; • Em outubro, serão divulgadas as propostas da Conferência Nacional; <p>3. Proposta para o plano de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturação e priorização de eixos temáticos; • Espaços de capacitação e sensibilização sobre justiça climática, abertos à comunidade; • Levantamento da presença da justiça climática em políticas públicas e propostas de melhorias; • Produção de diagnósticos e monitoramento de grupos afetados; • Articulação e fortalecimento de parcerias estratégicas (universidades, sociedade civil, órgãos públicos, setor privado). <p>4. Encaminhamentos para a próxima reunião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envio do cronograma e material de Murilo por WhatsApp e e-mail para análise prévia; • Definição da data da próxima reunião ordinária (sugerida para outubro); • Planejamento das atividades da Câmara e definição de responsáveis; • Confirmação sobre o prazo de entrega das atividades em 2026. 				

Informativos	<p>5. O início da Reunião ocorreu às 10 horas e 30 minutos, conduzido pela assessora técnica Giovanna Moutinho, da equipe de Ação Climática da SEDEST.</p> <p>6. Apresentação das pautas da reunião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação sobre conceitos de Justiça Climática; • Apresentação do Plano de Trabalho;
Discussões	<p>7. Giovanna Moutinho (SEDEST) – iniciou as discussões informando que a reunião extraordinária foi solicitada pelo coordenador Murilo Noli para tratar de conceitos de Justiça Climática e definição de atividades da Câmara. Destacou que as propostas e metas da Conferência Estadual do Meio Ambiente já estão disponíveis no site da Secretaria e que, em outubro, serão divulgadas também as propostas da Conferência Nacional, a serem repassadas ao grupo. Em seguida, passou a palavra ao coordenador Murilo.</p> <p>8. Murilo Noli (Sociedade Civil) – explicou que a reunião extraordinária tem como objetivo apresentar, de forma breve e conceitual, os principais aspectos da justiça climática, garantindo que todos os membros da Câmara tenham uma compreensão comum sobre o tema. Destacou a importância de alinhar conceitos, especialmente sobre grupos vulneráveis, e informou que também serão discutidas propostas de priorização de atividades para construção do plano de ação, com base em reuniões anteriores e na Conferência Estadual. Em seguida, iniciou a apresentação sobre o tema introduzindo o conceito sobre justiça climática, destacando dados do Atlas Nacional de Desastres (1991–2004), que mostram altos impactos humanos e materiais no Paraná, especialmente relacionados a estiagens, enxurradas e vendavais. Ressaltou que os efeitos climáticos não atingem todos de forma igual, afetando mais intensamente grupos vulneráveis e marginalizados. Explicou conceitos-chave como risco climático, exposição, capacidade de enfrentamento, justiça ambiental, racismo ambiental e interseccionalidade. Determinou que justiça climática busca reduzir desigualdades sociais e ambientais diante das mudanças climáticas, protegendo populações vulneráveis. Listou grupos reconhecidos pelo Conama (crianças, idosos, agricultores familiares, quilombolas, comunidades tradicionais, entre outros) e apontou instrumentos de planejamento (planos diretores, de saneamento, de mobilidade, de defesa civil, entre outros) como meios de incorporar a temática. Apresentou propostas da 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente, como mapeamento de áreas de risco, combate ao racismo ambiental, fortalecimento de políticas públicas e preservação ambiental, indicando que esses elementos podem nortear a construção do plano de ação da Câmara.</p> <p>9. Marcos Vidal (Defesa Civil) – destacou a importância da integração de políticas no tema da justiça climática, conforme apresentado por Murilo. Questionou qual será o foco principal das atuações da Câmara, considerando que alguns temas podem se sobrepor com outras câmaras temáticas</p> <p>10. Murilo Noli (Sociedade Civil) – explicou que até o momento não há definição formal do escopo ou plano de ação da Câmara de Justiça Climática. A reunião extraordinária foi convocada justamente para introduzir o tema e iniciar a construção desse planejamento. Apresentou uma proposta de plano de ação com horizonte até abril de 2026, considerando o contexto eleitoral e</p>

	<p>possíveis discontinuidades de gestão. As etapas sugeridas foram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estruturação e priorização de eixos temáticos (com base em diagnósticos já existentes e propostas da Conferência Estadual) até novembro/2025.• Espaços de capacitação e troca sobre justiça climática e racismo ambiental, abertos também à comunidade, até abril/2026.• Incidência normativa e política: levantamento da presença da justiça climática em políticas públicas, com relatórios e recomendações de melhorias.• Produção de diagnósticos e monitoramento: qualificação de dados sobre grupos afetados por eventos climáticos, identificando lacunas (ex.: ausência de perfil detalhado das populações atingidas).• Articulação e parcerias estratégicas: integração com universidades, sociedade civil, órgãos públicos e setor privado para fortalecer ações e sensibilização sobre o tema. <p>Reforçou que a proposta é aberta à discussão e ajustes pelos membros da Câmara.</p> <p>11. Giovanna Moutinho (SEDEST) – solicitou que Murilo compartilhe o cronograma apresentado no grupo ou por e-mail, para auxiliar na construção do plano de trabalho da Câmara.</p> <p>12. Murilo Noli (Sociedade Civil) – reforçou que o plano de ação apresentado é apenas uma proposta aberta à discussão. Destacou dois eixos transversais a todas as atividades: criação de espaços de capacitação e sensibilização abertos à sociedade e fortalecimento de redes de cooperação com instituições. Ressaltou que a definição do plano deve considerar o prazo sugerido (abril/2026) e está sujeita a ajustes conforme as contribuições dos membros.</p> <p>13. Marcos Vidal (Defesa Civil) – elogiou a proposta apresentada por Murilo, considerando-a sensata, especialmente na parte sobre definição de indicadores. Observou que, embora políticas públicas possam prever ações, o acompanhamento é mais difícil, reforçando que o primeiro passo é a identificação.</p> <p>14. Giovanna Moutinho (SEDEST) – reforçou que o cronograma elaborado por Murilo será encaminhado para apoiar a construção do plano de trabalho da Câmara. Destacou que os temas das Câmaras do fórum são complementares (justiça climática, educação ambiental, mitigação etc.) e ressaltou a importância de todos partirem de princípios comuns para construir de forma clara e integrada.</p> <p>15. Marcos Vidal (Defesa Civil) – complementou que embora haja limitações nos dados disponíveis, a Defesa Civil pode apoiar a Câmara fornecendo informações sobre os públicos afetados.</p> <p>16. Caiê Alonso (SMMA Piraquara) – elogiou a apresentação e o cronograma, destacando a importância da capacitação para que a discussão sobre mudanças climáticas seja integrada ao planejamento estratégico dos municípios, e não apenas uma pauta ambiental. Ressaltou que o fórum e a Câmara temática podem oferecer apoio aos municípios na formulação de políticas públicas integradas, fortalecendo o diálogo com a população e a articulação entre Defesa Civil, sociedade civil e secretarias</p>
--	--

	<p>estaduais.</p> <p>17. Giovanna Moutinho (SEDEST) – reforçou que os efeitos das mudanças climáticas são uma realidade urgente e destacou a necessidade de incorporar adaptação e resiliência climática no planejamento e replanejamento urbano.</p> <p>18. Murilo Noli (Sociedade Civil) – informou que o Tribunal de Contas do Paraná começará a avaliar a gestão de riscos climáticos nos municípios, podendo reprovar contas caso critérios climáticos não sejam atendidos. Apresentou as próximas etapas do plano de ação: estruturar e priorizar eixos, sistematizar diagnósticos, identificar temas para palestras e potenciais parceiros. Propôs que a próxima reunião ordinária ocorra em outubro, com definição dos eixos e plano de ação, iniciando efetivamente as atividades até abril de 2026, quando seriam feitas as entregas e organizado o planejamento para o próximo semestre. Ressaltou que todas as propostas estão abertas à discussão.</p> <p>19. Giovanna Moutinho (SEDEST) – sugeriu enviar pelo WhatsApp a proposta de data para a próxima reunião ordinária da Câmara e destacou a importância dos participantes analisarem previamente o material elaborado por Murilo, para dar continuidade ao desenvolvimento do plano de trabalho. Agradeceu a apresentação de Murilo e a participação de todos, confirmando que o material e a previsão da próxima reunião serão encaminhados por WhatsApp e e-mail.</p>
Encaminhamentos	<p>20. Envio do material elaborado pelo coordenador Murilo Noli, assim como a análise do cronograma e propostas pelos integrantes da câmara temática.</p> <p>21. Definição da data da próxima reunião ordinária.</p> <p>22. Planejamento das atividades da Câmara e definição de responsáveis;</p> <p>23. Confirmação sobre o prazo de entrega das atividades em 2026.</p>